

ROMPENDO BARREIRAS E CRIANDO VINCULOS: O DESAFIO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Leia Mayer Eyng (1)

Universidade Federal de Santa Catarina
leiamayer@gmail.com

Vania Ribas Ulbricht (1)

Universidade Federal de Santa Catarina
vrulbricht@gmail.com

Resumo:

O artigo apresenta a discussão acerca da psicologia escolar junto as pessoas com deficiências. Desse modo, resgata-se a história da psicologia escolar contextualizando a sua forma de inserção e atuação. Apresenta-se os limites institucionais e profissionais existentes e a fragilidade acerca da amplitude que representa o contexto escolar e os seus processos inclusivos. O texto percorre na sequência, as críticas que fizeram com que um novo perfil de profissional e claro, uma nova forma de atuação fosse estabelecida, a qual se apresenta numa nova visão de saúde mental, de direitos humanos e de protagonismo social. Como resultado, percebe-se ainda a necessidade de ampliação do novo modelo, o estabelecimento de vínculos entre os atores da comunidade escolar, e o reconhecimento social da comunidade de que independentemente da existência de uma patologia, o ser humano é complexo, e digno de todas as garantias humanas e sociais.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Inclusão, Pessoa com Deficiência, Direitos Humanos.



1 INTRODUÇÃO

A discussão da Psicologia Escolar na atualidade nos remete a refletir os processos históricos pelos quais está foi construída no cenário da profissionalização da Psicologia. Embora nestes cenários perpassem por épocas distintas, todavia socialmente construídas como: a) os períodos de ditadura e b) de democracia; os ambientes de intervenção foram e hoje continuam a reproduzir certos estigmas outrora aceitos e hoje refutados.

Com vistas a relatar como hoje percebesse esta intervenção profissional, o presente estudo sob característica de atividade estruturada, pretende descrever a prática do profissional de Psicologia em um ambiente escolar.

Convém, no entanto, explicitar que o objetivo deste estudo se pauta em estabelecer a correlação entre a prática profissional e base teórica no que se refere a intervenção do psicólogo no ambiente de uma escola. Este estudo justifica-se por possibilitar uma aproximação entre a teoria e prática a fim de identificar possíveis gargalos institucionais que limitam ou impedem uma aplicação atual dos elementos decorrentes das abordagens teóricas, contextualizadas aos novos cenários sociais.

2 METODOLOGIA

O estudo apresenta a base teórica no que se refere a intervenção do psicólogo no ambiente escolar. O artigo estabelece a busca pelo conhecimento de forma científica pressupõe um procedimento intelectual por parte dos pesquisadores em questão com vista a suprir uma necessidade teórica por meio da investigação de uma realidade e de consolidar uma verdade parcial sobre os fatos. (FACHIN, 2003).

Já o método que será utilizado no presente trabalho caracteriza-se como dedutivo. Desta forma, parte-se de um contexto geral, apresentando argumentos que se consideram válido, para, após, chegar a argumentos particulares através de conclusões formais. Sob este prisma, a adoção do método dedutivo, estabelece como premissas a forma histórica de abordagem da Psicologia Escolar e do Psicólogo, onde sua aplicação foi alterada, onde antes sua execução se formalizava por diagnósticos, cujos sujeitos era adaptados ou não ao cenário escolar, hoje entende-se como sendo necessários a um processo de valorização do sujeitos envolvidos no cenário escolar.

Para sustentar a pesquisa fez-se inicialmente uma revisão breve de literatura com base em material já elaborado e existente. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no



fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 1999, p.45). Para isso, utilizou-se autores como Andrada, Curonici, Sampaio et al, para subsidiar a temática sobre a história da psicologia escolar e o papel do psicólogo neste cenário.

O tratamento dos dados se deu de forma qualitativa, procurando identificar suas naturezas ao invés de medir dados. A compreensão das informações foi realizada de uma forma mais global e inter-relacionada com fatores variados, privilegiando contextos”. (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2004, p. 110).

Diante da utilização do método e das técnicas de pesquisa acima elencadas, pretende-se alcançar os objetivos almejados, sem, contudo, esgotar o tema, merecedor de estudos e aprofundamentos.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 CONTEXTUALIZANDO A PSICOLOGIA ESCOLAR

A Psicologia no Brasil consolidou-se na década de 50 com a regulamentação do curso de Psicologia, que inicialmente propunha uma ênfase no atendimento clínico, consolidando uma referência de atuação da Psicologia, mas que de forma paralela incidia suas intervenções também na área escolar por meio da atuação nos problemas de ensino-aprendizagem.

No início, os psicólogos aplicavam na prática de intervenção na área escolar, um trabalho especialmente voltado para o atendimento clínico e individual. Conforme Patto (1986, p. 8 apud ANDRADA, 2010) “o psicólogo escolar tem sido, e ainda é, um psicólogo clínico”.

Colaborando com Patto (1986 apud ANDRADA, 2010), Andaló (1984) anteriormente já afirmava que a Psicologia detinha duas áreas de atendimento: a clínica e escolar. Com vista a esta afirmação, a demanda por uma maior profissionalização ao ambiente escolar emerge e suscita aos profissionais da Psicologia uma capacitação mais específica a esta área da Psicologia.

Com vistas a exemplificar tais questões, Andrade (2005 apud SAMPAIO, 2010) aponta que escutar as demandas da escola e pensar sobre como lidar com os acontecimentos do cotidiano, tendem a elaborar um processo de reflexão no âmbito escolar. Nesta perspectiva, a Resignificação, com todos os sujeitos do ambiente escolar, torna-se necessários para uma prática psicológica saudável.

Outrora se acreditava que ao psicólogo inserir-se no meio escolar, este era percebido pela sociedade com numerosas expectativas em relação a atuação a ser seguida. A ele era outorgada no mundo escolar, a capacidade para sanar todas as dificuldades de ensino-aprendizagem e comportamento dos alunos. A esse respeito Matins (2003) Andrada (2005), Aguiar e Galdini (2003 apud SAMPAIO, 2010), posicionam-se contrariamente, afirmando que a intervenção do psicólogo ao meio escolar pode de formas diferenciadas refletir e resignificar a práticas das pessoas envolvidas.

Ainda sob o ponto de vista histórico e acordo com Souza (1997) o aluno era considerado pelo professor o problema de todo um fracasso de ensino-aprendizagem, e o professor como a instituição, acreditavam que o profissional de Psicologia tinha como função adequá-lo aquele ambiente. Via-se o psicólogo como a solução para o problema, o aluno era retirado de sala de aula para readaptar-se, colocando assim todo o fracasso escolar em seus próprios ombros e isolando o professor das responsabilidades desta atuação.

Se por um lado, falta ao profissional da psicologia escolar uma forma “dogmática” de intervenção, por outro, o uso de teste o ratificava para inferir as condições e as problemáticas decorrentes do âmbito escola. Não obstante a isto, Souza (1997) expõe que era comum e útil na prática da Psicologia escolar, o emprego dos testes para medir a capacidade dos alunos, diferenciando-os apenas conforme o grau de ensino-aprendizagem e novamente não levando em conta todo o contexto social, econômico e cultural onde este aluno está inserido.

Conforme relata Souza (1997) o emprego dos testes propiciou a ênfase ao diagnóstico, ou contrário de inferir uma avaliação psicológica que considerasse os diversos fatores que envolvem os sujeitos.

3.2 O PAPEL DO PSICÓLOGO

Após resgatar de forma breve como transcorreu o desenvolvimento da Psicologia Escolar de forma histórica no Brasil, é imprescindível arguir sobre o papel do Psicólogo neste cenário.

Conforme Curonici (1997, p.33) “o psicólogo no meio escolar não possui uma identidade específica, ele sente-se investido de uma forma geral com a função de terapeuta ou consultor à disposição dos pais da criança ou até mesmo da família inteira. ”

O psicólogo quando inserido regularmente no ambiente escolar, poderá determinar e intervir quando julgar necessário mesmo quando os responsáveis pelo aluno não sinalizarem a situação, sustenta Curonici (1997).

De acordo com Patto (1986 apud CURNICI, 1997), o psicólogo escolar tem como principal objetivo aumentar a qualidade e eficiência do processo de ensino e aprendizagem educacional, buscando a inclusão do aluno utilizando técnicas e conhecimento da Psicologia compatíveis com a proposta daquele ambiente específico.

Nas palavras de Curnici (1997) e Soar Filho (1998 apud ANDRADA, 2010) ao psicólogo cabe o papel de elaborar estratégias com a equipe pedagógica da instituição, a fim de efetuar um trabalho com menor impacto possível aos alunos e a própria escola. Nos dias atuais fica impossível uma equipe multidisciplinar trabalhar apenas dentro de um contexto escolar. O trabalho deverá ser mais abrangente, inclusive trabalhando com estratégias preventivas em relação a assuntos relacionados a realidade social daquele grupo de alunos e da própria instituição.

Corroborando com Curnici (1997), Soar Filho (1998 apud ANDRADA, 2010) sustenta que não será possível nos dias atuais neutralizar ou isolar um determinado problema de capacidade de ensino-aprendizagem a apenas a um determinado contexto, muitos fatores poderão estar contribuindo para um fracasso escolar, o psicólogo que estiver inserido neste contexto escolar deverá levar em consideração o ambiente exposto, a estrutura sócio-econômica da família em questão como também aspectos culturais ali presente.

Paradoxalmente a intervenção do psicólogo e seu acompanhamento não deverá ficar restrito ao grau de dificuldades de ensino-aprendizagem e ao comportamento aparente no contexto escolar, o que sugere uma forma linear pela qual a instituição ratifica o profissional de Psicologia. Apesar de atender muitas vezes a sua queixa, este limita o psicólogo como único e fundamental objetivo acompanhar alunos que não possuam perfil padrão determinado pela instituição pública ou particular. (SOAR FILHO, 1998 apud ANDRADA, 2010).

Sendo assim nos dias atuais, será necessário que o psicólogo escolar tenha como principal comprometimento não eleger um único modelo de explicação para as dificuldades de aprendizagem mais sim considerar inúmeros contextos que poderão estar ali inseridos para determinadas dificuldades. (SOAR FILHO, 1998 apud ANDRADA, 2010).

Sob este aspecto Curocini (1999) afirma que sob forma de prevenção a escola pode diante de necessidades observadas, encaminhar possíveis demandas para atendimentos psicoterapêuticos, todavia, é fugaz a necessidade do professor perceber o seu objeto de trabalho como sendo o seu lugar de intervenção com responsabilidades e competências. Extrapolando esta afirmação almeja-se que processos estereotipados não se concretizem a que o trabalho realizado pela escola tenha um significado em si, ligado ao seu contexto.

É visto que no entender do Conselho Federal de Psicologia, o papel do Psicólogo condiz ao desenvolvimento de “pesquisas, diagnósticos, intervenção preventiva e corretiva, em grupo ou individualmente”, com todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. (ANDRADA, 2010, p. 196).

Neste novo papel do psicólogo e pressupõe uma nova proposta da Psicologia escolar predis põe modificações e adaptações para um trabalho de excelência para atender a demanda satisfatoriamente, onde o psicólogo entenda o cotidiano daquele núcleo escolar, que esteja presente em todo o processo buscando efetuar um trabalho multidisciplinar com a interação e cooperação de toda equipe pedagógica/administrativa, professores, alunos e a família.

É um trabalho que deverá ocorrer de forma atuante e circular por parte de ambos, buscando estratégias e práticas eficientes para identificar problemas na realidade exposta e propor situações de entendimento e organização dos aspectos deficientes.

3.3 SAUDE MENTAL: A CRIANÇA E A FAMILIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A discussão da saúde mental, pode e deve ser contextualiza a partir de distintos cenários. No ambiente escolar, a psicologia assume um papel significativo com a ação do psicólogo escolar como agente de mudanças dentro da instituição-escola, com o objetivo de mediar reflexões e sensibilizar os papéis representados pelos vários grupos que compõem a comunidade escolar.

Os principais protagonistas pais e professores, por vezes tentam identificar ou caracterizar seu filho/aluno a diagnósticos precipitados e restritivos condicionando-os na relação saúde x doença, e que se traduz na escola os diferentes problemas de ajustamento e adaptação.

Basaglia (1985) no entanto afirma que cada sujeito tem o direito de ser tratado enquanto ser humano que é, e não enquanto doença que o esta acometendo. Assim, questiona-se o ponto em que chegamos quando não mais nos endereçamos como sujeitos, ao imaginar que uma humanidade precisa ser questionada para ser reconhecida como seres humanos com nomes próprios, identidades próprias.

Pessoas que apresentam sintomas psicossomáticos passam a ser excluídas e rejeitadas por toda uma sociedade individualista que exclui todos os que não são considerados “normais”. Os seres humanos aos poucos deixam de serem humanos e passam a ser apenas órgãos doentes (CURY, 2005), “vistos de outra forma, a condição de excluído, à qual é delegado o doente

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

mental, impõe-lhe uma série de outras consequências que não podem ser identificadas como decorrentes de sua condição de enfermo”. (BASAGLIA, 1985, p. 75).

No ambiente escolar, é perceptível ainda em 2018, que após os alunos serem diagnosticados como doentes, estes, perdem seu direito como pessoa, perdem o direito sobre si próprios e passam a serem mandados por outros, que na maioria das vezes não conhecem a essência deste ser, individual e único. “Qualquer prova que apresente de sua sanidade será desacreditada pela suspeita a que esta sujeita”. (SZASZ, 1978, p. 75).

“Todos são iguais sem um sentido anterior. Para que se tornem diferentes somente com o conhecimento do seu passado”. (CURY, 2005). Qualquer ser que passe pela sua frente pela primeira vez será igual a qualquer outro. Somente se diferenciarão à partir do momento que seu passado passa a ser conhecido.

E como vivem os sujeitos no ambiente escolar diagnosticados por toda uma sociedade excludente? Quem pode questiona-los dentro da sociedade?

Para iniciarmos o processo de inclusão, todos devem se colocar no lugar do outro, seja ele aluno, pais e professores. Esta atitude empática nos permite conectar e criar vínculos, pois assim pode imaginar o que o outro está sentindo. Todavia, imaginar não significa sentir. O sentimento é algo individual, cada qual sente de uma maneira única e diferencia ao outro: ninguém sente igual.

Quando a escola exclui um sujeito (aluno) é porque não consegue compreendê-lo. Muitas vezes no ambiente escolar, percebemos este processo em que a pessoa com deficiência não possui suporte correto: seja no formato de infraestrutura, metodologias ou de pessoas que possam inseri-lo e acompanhá-lo no processo de aprendizagem. Assim, justifica-se que a sua exclusão é necessária para garantir a sua segurança.

Szasz (1978, p.84) questiona a fala que afirma: “[...] que tudo o que é feito à vítima é feito pelo seu próprio bem”. Para autor, é questionável que um sujeito que é por exemplo alocado em um espaço diferenciado e sozinho, estando por vezes numa situação de semi-presença, achar que aquilo é o melhor para ele. Segundo Kawahala (2010), nos questiona afirmando que quando uma pessoa está passando por uma dificuldade, ele não quer que alguém grite com ele e o restrinja, mas sim, que ocorra simplesmente um abraço acolhedor e alguém que o escute.

Hoje sabe-se que por mais que “algumas bruxas possam ter sobrevivido a prova da água, nenhum “louco” sobrevive ao teste psicológico”. (SZASZ, 1978, p. 64). Dentro de uma sociedade conduzida pelo dinheiro como forma ratificada de poder, muitos alunos oriundos de comunidades vulneráveis e desprovidos estímulos de aprendizagem, são taxados e considerados

inapropriados para aquele ambiente, e onde seus pais não são orientados para busca de seus direitos, ficando este sujeito submetido ao poder maior, com o qual não tem condições de lutar.

Não sou poucos os casos que laudos emitidos - sem o cuidado adequado, sem as avaliações corretas e acima de tudo ética - sobre a saúde ou doença de uma pessoa transformou a vida de uma família em uma bomba mundial. Cury (2005) afirmava que “todo julgamento que é precipitado é superficial”. Porém pode trazer um prejuízo incalculável para quem o recebe.

Sabe-se que na escola, o papel da psicologia escolar é orientar e mediar professores e funcionários para transpor para além do que o sujeito se apresenta – com ou sem diagnóstico - para ratificarmos que conhecemos alguém. Uma fala sem sua respectiva contextualização torna-se vulnerável, afinal, não se pode achar que se conhece uma pessoa pela aparência. Muitas vezes percebemos que este sujeito “objetivado enquanto doente, no interior ou fora” da escola, “é também, e a um só tempo produto e testemunha fidedigna da psiquiatria”. (BASAGLIA, ano, p. 104).

A toda ação, existe uma reação. Pela dinâmica muitas vezes enlouquecida do ambiente escolar, percebemos que as metodologias necessárias para um processo de inclusão da pessoa com deficiência e a formação adequada dos profissionais fica a desejar. Abrimos a mão de termos a dúvida. “Temos que ter sempre em mente a arte da dúvida e da crítica quando se trata de qualquer tipo de julgamento. Hoje, a caça a loucura é realizada e estimulada pelos mais respeitados e influentes médicos estadistas, tal como ocorria com a caça às bruxas há alguns séculos”. (SZASZ, 1978, p. 69).

Na mente humana se escondem os maiores mistérios “pois há sempre uma realidade que esta além do que se sabe e se conhece”, conhecer e saber o quanto não se sabe sobre si é maior desafio do ser humano. (BASAGLIA, 1985, p. 101).

Tudo e todos são afetados de alguma maneira pela sociedade em que estão inseridos ou não. Uma sociedade que pode ser apenas uma reprodutora de conhecimentos, ou uma construtora destes. “A construção que a psiquiatria elabora sobre o louco se reproduz pela sociedade e tende a ser assimilada como verdade inquestionável pelas famílias, pelas escolas, pelas artes, pela cultura, pelas ruas”. (BASAGLIA, ano, p. 86). Esta construção pode ser mudada se as pessoas assim o quiserem e se assim começar a pensar. Tudo que se produz é feito em cadeia se um começar esta mudança outros o reproduzirão e conseqüentemente iniciará um processo de mudança.

Uma das formas de transformação é através do medo. Se o homem enfrentar seus medos transformar-se-á de algum modo por sua determinação. E se não o fizer também acaba

sofrendo algum tipo de transformação, seja ela para melhor ou pior. “o medo transforma o homem este os enfrentando ou não”. (CURY, 2005).

As pessoas não são doentes, mas, estão doentes o que é muito diferente. “[...] nunca observou um caso em que o psiquiatra dissesse ao paciente que este não precisava de tratamento. Ao contrário todas as pessoas que apareciam no hospital eram incluídas na população de pacientes, independente de sua capacidade para atuar adequadamente fora do hospital.” (SZASZ, 1978, p. 80). Conviver com este rótulo, faz com que alunos acabam sendo rotulados como incapazes, contrariando a máxima que todo ser humano tem suas capacidades e seus direitos e que por negligência ou desconhecimento dos pais, escola e governo, na maioria dos casos não são respeitados.

Um exemplo bastante recorrente hoje nos contextos escolares vem sendo o suicídio de alunos. É perceptível, em muitos casos, o processo exclusão e sua respectiva rotulação. “Quando alguém se suicida deixa um rastro de magoas e decepção por décadas”. Quando alguém tenta se matar, ele não quer tirar a sua vida, mas sim tentar destruir a dor que esta lhes atormentando. Segundo Basaglia (1978), estes indivíduos tem que lutar para sair desta condição de prisioneiro, aprendendo a lutar, valorizar a vida e a liberdade. Muitas vezes ele quer alguém em quem possa confiar e contar. Alguém que esteja disponível em ouvi-lo e principalmente que não o julgue, mas sim que o entenda sem questionamentos.

É um grande desafio ainda, para a psicologia escolar, construir um elo de proteção as pessoas com deficiência, pois como relatado por Szasz (1978, p. 330), estes sujeitos passam a não mais serem reconhecidos pelas outras pessoas, como seres pensantes ou até mesmo capazes. Muitas vezes tornam-se um peso para as famílias e para a sociedade, que com isso acaba por excluí-los de vez da sociedade.

A atenção e cuidado com a criança e a família refere-se ao fato que criança não pode ser percebida no ambiente escolar, como mero objeto de investigação, mas sim considerada como ser humano e respeitada enquanto tal. Por mais que esta, tenha sido ao profissional da psicologia, esta tem o direito a entender o porque de estar ali. A exclusão da sala de aula por um comportamento inadequado, ou por dificuldade de aprendizagem não desvincula o aluno do direito em estabelecer uma relação empática e também esclarecer aos pais sobre este objetivo o que torna este tipo de atendimento complexo.

No atendimento de uma criança, esta é considerada um sujeito único que por vezes necessita de ajuda na relação com professores, colegas e pais. O estabelecimento do vínculo com o aluno é permeado pela questão ética e de neutralidade. Já este vínculo com os pais ocorre para fins de visualizar um panorama psicológico da criança.

No entanto, ao estabelecer o vínculo da escola com pais de modo ético, eficaz e respeitoso, isso implica uma suposta permissão dos mesmos da família em adentrar no espaço privado. É neste espaço, que se contextualiza as ansiedades e resistências dos pais em relação ao aluno.

É importante que o psicólogo na escola, oriente os atores: professores, direção, que as dinâmicas familiares são individuais e únicas. Muitas vezes para que o processo de aprendizagem flua, perceber como está constituída a dinâmica familiar e a maneira pela qual a criança se insere neste espaço é imprescindível.

A relação mãe-criança decorre do processo simbiótico já existente no processo gestacional. No entanto, a relação pai-criança também é fundamental no que se refere ao corte necessário para fins de separação/individualização com seus objetos.

São inúmeras vezes que no processo de orientação escolar, compreende-se a psicodinâmica da criança e as queixas provindas dos professores e pais, mediando a compreensão dos mesmos acerca do fenômeno, estabelecendo uma transferência por meio da devolutiva com estes atores e que possibilitam um melhor processo de inclusão da pessoa com deficiência.

4 CONCLUSÃO

Pode-se concluir, que existe uma posição ainda retrógrada por parte do sistema educacional brasileiro vigente e em seu grupo integrado (professores, alunos, familiares e equipe pedagógica) em aceitar as propostas de modificações dos métodos de atuação do psicólogo escolar, caracterizando esta função como um processo voltado a um atendimento clínico.

Na organização escolar pública como nas instituições privadas, ainda predomina nos dias atuais, um contexto focado na educação onde as responsabilidades e os papéis de cada cidadão estão delineados de forma independente, focada em uma estrutura posta há muitos anos e que apesar de algumas intervenções, está longe de ser uma proposta ideal/real da práxis de intervenção do atual psicólogo escolar. “As propostas [...] se opõem frontalmente aos processos verticais e massificantes que vêm sendo usados pelos órgãos oficiais de ensino e deverão despertar sérias resistências à sua implantação.” (ANDALÓ, 1995, p.191).

Já em relação aos profissionais da área de psicologia escolar fica evidente o grande descontentamento em relação ao processo de formação destes psicólogos enquanto estudantes

no curso de graduação em Psicologia. É necessário destacar algumas questões em relação a situação do papel do psicólogo escolar assim elencadas:

- a) a recente visão sistêmica da atuação do psicólogo escolar no ambiente institucional;
- b) os alunos em processo de graduação de Psicologia convivem com as deficiências que o curso apresenta em seu Projeto Político Pedagógico, criando assim nos acadêmicos desinteresse pelos trabalhos na área da psicologia escolar;
- c) percebeu-se que no decorrer dos anos, houve a iniciativa dos professores da área de psicologia escolar em elaborar sucessivas reformas do currículo na atuação do psicólogo escolar, procurando desta forma novas maneiras de conceber e adequar a disciplina no curso de graduação de Psicologia;

Contudo, na prática escolar, o psicólogo que atua na área possui dificuldades de atendimento, primeiro devido ao processo de aprendizagem da disciplina em relação ao curso de psicologia geral (o psicólogo não conhece as suas reais possibilidades de atuação); segundo pela forma como a instituição educacional o vê, buscando um acompanhamento clínico e não de interação, integrado ao grupo e a comunidade em geral, sendo necessário desmistificar esta forma de atuação como sendo a clínica e terapêutica o processo eficaz.

Poucas instituições educacionais, possuem um trabalho diferenciado em que ao psicólogo escolar é atribuído um papel atuante de forma sistêmica e integrada, no cotidiano do ambiente escolar. Tampouco, destaca-se que o psicólogo escolar, apesar das dificuldades apresentadas, está ciente do seu papel como profissional na área de educação e aprendizagem e do desafio que lhes compete a cada dia.

Fica evidente que este processo multidisciplinar em transformar e delegar responsabilidades por parte dos educadores, alunos e familiares necessita de uma maior interação por parte dos psicólogos e requer paciência dos interessados. A sociedade em geral, prega por querer um processo eficiente, uma instituição digna e indivíduos saudáveis, mas ao mesmo tempo não quer se arriscar com mudanças evitando assim maiores consequências. São instituições e familiares que possuem estruturas fortemente consolidadas em seus valores e em suas funções e evitam agregar novas responsabilidades ou compartilhá-las.

Cabe ao psicólogo escolar, independente do ambiente e contexto quebrar estas barreiras e desempenhar seu verdadeiro papel, mostrar que todos deverão trabalhar em conjunto para um melhor espaço escolar, respeitando as diferenças, a subjetividade do outro, como também uma melhor convivência interpessoal sempre na busca de uma sociedade melhor e que corresponda as reais necessidades atuais dos indivíduos.

REFERENCIAS

- ANDALÓ, C.S. **Fala professora! Repensando e aperfeiçoando docente.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, Aug. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Abr. 2018.
- CURONICI, Chiara. **Psicólogos & Professores: um ponto de vista sistêmico sobre as dificuldades escolares.** São Paulo: EDUSC, 1999.
- CURY, A. **O futuro da Humanidade.** São Paulo: Sextante, 2005.
- FACHIN. Odília. **Fundamentos da Metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** São Paulo: Saraiva, 2004.
- SZASZ, T.S. **A fabricação da loucura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.